

Mais útil aos militares

29. VI. 52 RAUL PILLA

NO DISCURSO com que saudou o seu eminente sucessor na presidência do Clube Militar, o ilustre general Estillac Leal pôs em evidência a gravidade da situação que gera no País o problema da sucessão presidencial e a responsabilidade que, em tal conjuntura, cabe às Classe Armadas na preservação das nossas instituições democráticas e representativas.

Não é nova a observação. Apenas adquire agora maior valor, por partir de um dos mais altos expoentes da classe militar. Realmente, cada campanha presidencial representa uma grave crise, que o País só consegue transpor incólume, quando os militares se mantêm vigilantés, na defesa da ordem constitucional. Em 1937, desfaleceu a vigilância e o resultado foi o Estado Novo.

Ora, não se pode considerar normal um sistema político que provoca periodicamente tais comoções, expõe a tão graves perigos e demanda às Classes Armadas uma função política, que não lhes é própria. Bastariam estas crises periódicas que não denotam nenhuma tendência a atenuar-se com o tempo, para justificar uma profunda reforma constitucional.

Este é, justamente, o caso da Emenda Parlamentarista. Com ela se institui um governo responsável e bastante sensível à influência da opinião pública, e se evita a crise periódica e cada vez mais prolongada, da sucessão presidencial. Não só por se fazer pelo Congresso a eleição do Presidente, mas principalmente por se modificar profundamente o caráter do cargo. É a Presidência da República, atualmente, uma ditadura eletiva e constitucional, que, por isto mesmo, suscita tôdas as paixões do poder; feita a reforma, transmuda-se ela numa alta magistratura, que se provê sem comoções nem sobressaltos.

Fôsse esta a única vantagem do sistema parlamentar, e bastaria ela a recomendá-la num país como o nosso, em que a política se reduz, cada vez mais, à disputa da presidência, na esfera federal, e à conquista da governança, na esfera estadual. Conseguiríamos, quando menos, a tranquilidade que, cada vez mais, nos tem faltado na República, e as Classes Armadas poderiam entregar-se inteiramente à sua árdua missão específica. A ninguém mais que aos militares beneficiaria a instituição do sistema parlamentar: lucrariam como simples cidadãos e mais lucrariam como militares.